

## Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação – RESAFE

---

### DENEGRINDO A EDUCAÇÃO: UM ENSAIO FILOSÓFICO PARA UMA PEDAGOGIA DA PLURIVERSALIDADE

Renato Nogueira\*

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é apresentar algumas reflexões filosóficas em favor de uma educação antirracista. A proposta pode ser descrita como uma declaração filosófica afroperspectivista, isto é, um exercício que dá visibilidade as pesquisas africanas e afrodiaspóricas. Um ensaio que é atravessado pelo paradigma da pluriversalidade na busca do exercício de denegrir a educação.

**Palavras-chave:** Pluriversalidade; denegrir; filosofia afroperspectivista.

**RESUMEN:** Este trabajo intenta presentar algunas reflexiones filosóficas en favor de una educación anti-racista. La propuesta puede ser descrita como una declaración filosófica afroperspectivista, es decir, un ejercicio que da visibilidad a las investigaciones africanas y afrodiaspóricas. Este texto está atravesado por el paradigma de la pluriversalidad en búsqueda de ejercicio para denegrir a la educación.

**Palabras claves:** Pluriversalidad; denegrir; filosofía afroperspectivista

#### Abertura

O ponto de partida deste ensaio é uma inflexão. É preciso prevenir leitoras e leitores que se trata de um ensaio curto de caráter introdutório. Vamos empreender uma incursão filosófica afroperspectivista, trabalhando o conceito de denegrir como possibilidade de encontrar sentidos relevantes para uma educação pluriversal. Considerando que a educação atravessa uma série de tensões em torno da ideia de que o acesso às instituições de ensino é um direito social de todas as pessoas e, ao mesmo tempo, o respeito às diferenças exige a diversidade de narrativas, de lógicas e epistemologias no currículo. Um dos desafios está na busca da equidade das perspectivas culturais e no efetivo exercício da interculturalidade.

---

\* Professor de Filosofia do Departamento de Educação e Sociedade (DES) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Coordenador do Laboratório de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Leafro) da UFRRJ, Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). [renatonogueira@ufrj.br](mailto:renatonogueira@ufrj.br)

Em outros termos, a escolarização não pode ser entendida como a busca por um “modelo” único, um elogio ingênuo da monorracionalidade.

Na sociedade brasileira, o desafio pode ser descrito como o esforço de escapar da concepção abstrata de igualdade, do currículo universal que se alicerçava no mérito e na neutralidade tendo como fiador a visão monocultural das sociedades ocidentais. É contra a monocultura e a monorracionalidade na educação que sugerimos – inspirados na oralitura de nossos ancestrais africanos, nos trabalhos de Ptahotep, George James, Cheikh Anta Diop, Abdias do Nascimento, Molefi Asante, Ama Mazama, Marimba Ani, Mogobe Ramose, Clyde Ford, Dismas Masolo, Sandra Harding, Sobonfu Somé, nas narrativas do griot de Oswaldo Cruz, o Seu Wilson<sup>1</sup> – um exercício filosófico para denegrir a educação.

### A pluriversalidade da filosofia

O filósofo ugandense Dismas Masolo (2010) fornece uma poderosa pista sobre um dos argumentos-chave que suleia<sup>2</sup> nosso trabalho. Masolo (2010, p. 317) explica que uma relevante distinção entre as pessoas está no uso monorracional ou polirracional das habilidades cognitivas e intelectuais. Um sul importante deste trabalho está no enegrecimento<sup>3</sup> acerca da diferença entre pessoas monorracionais e polirracionais.

Uma questão incontornável se apresenta: para delimitar estes conceitos – monorracional, polirracional, universal e pluriversal – é preciso trabalhar com a filosofia africana. Os trabalhos filosóficos ocidentais parecem não ter essas questões no centro de suas pesquisas. O que reitera que as linhas e escolas filosóficas europeias e estadunidenses não respondem adequadamente aos nossos propósitos;

---

<sup>1</sup> Wilson Nunes (1923-1994) foi um exímio contador de histórias, avô do autor que ouviu suas incontáveis narrativas por 21 anos.

<sup>2</sup> “Sulear” aparece aqui numa direta contraposição ao termo “nortear”. Na esteira das leituras de Boaventura Santos, concordamos que as conotações ideológicas articulam as ideias de Sul e Norte como em desenvolvimento *versus* desenvolvido, bárbaro *versus* civilizado, periferia *versus* centro.

<sup>3</sup> O verbo “enegrecer” deve ser lido como sinônimo de “elucidar”. É mais comum encontrarmos “esclarecer” denotando elucidação; mas, o léxico proposto por este trabalho caminha num sentido diverso e contra-hegemônico.

---

principalmente no que diz respeito à diversidade epistêmica como subsídio para a educação.

Nós estamos de acordo com o filósofo sul-africano Mogobe Ramose. Ele afirma que “a dúvida sobre a existência da Filosofia Africana é, fundamentalmente, um questionamento acerca do estatuto ontológico de seres humanos dos africanos” (RAMOSE, 2011, p. 8). Uma maneira de abordar isso é através da defesa do direito e da legitimidade de filosofias que não sejam ocidentais, problematizado inclusive a hegemonia dos três supostos modos de fazer filosofia na contemporaneidade, a filosofia continental, a filosofia analítica e o pragmatismo (NOGUERA, 2011, p. 22). Pois bem, o egiptólogo, linguista e historiador Theophile Obenga natural do Congo tem um belo trabalho sobre história do continente africano que subsidia os trabalhos filosóficos de Ramose, converge com as pesquisas de James e Asante. O argumento comum em todos esses autores é o de que a filosofia não foi uma invenção grega. Ora, o cânone da historiografia filosófica dá como certo que o berço grego. A filosofia seria universal e de origem grega. Pois bem, para os nossos objetivos, o conceito de universal é inadequado.

Considerando que “universal” pode ser lido como uma composição do latim *unius* (um) e *versus* (alternativa de...), fica claro que o universal, como um e o mesmo, contradiz a ideia de contraste ou alternativa inerente à palavra *versus*. A contradição ressalta o um, para a exclusão total do outro lado. Este parece ser o sentido dominante do universal, mesmo em nosso tempo. Mas, a contradição é repulsiva para a lógica. Uma das maneiras de resolver essa contradição é introduzir o conceito de pluriversalidade (RAMOSE, 2011, p. 10).

Para Ramose (2011, p. 10), o conceito de universo coube na ciência moderna, um paradigma que tinha como referencial o cosmos dotado de um centro e periferia. “Neste ensaio optamos por adotar esta mudança de paradigma e falar de pluriverso, ao invés de universo” (Idem). A partir das leituras de Ramose (1999, 2010, 2011), entendemos a pluriversalidade como a assunção da primazia das particularidades específicas na configuração dos saberes. A pluriversalidade é o reconhecimento de que todas as perspectivas devem ser válidas; apontando como equívoco o privilégio de um ponto de vista. Com efeito, cabe-nos sustentar que a

filosofia é um exercício pluriversal de pensamento; objetando sua universalidade. “Reivindicar que só há uma filosofia ‘universal’ sem cultura, sexo, religião, história ou cor, é afirmar que a particularidade é um ponto de partida válido para a filosofia” (RAMOSE, 2011, p.11). Mas, sem dúvida, esta defesa “não é explicitamente reconhecida com frequência pelos protagonistas da ‘universalidade’ da filosofia” (Idem).

Em termos pluriversais, filosofia é o conjunto da multiplicidade de filosofias particulares (RAMOSE, 2011, p. 12). Pois bem, em termos bem simples: a filosofia entendida como universal estaria ligada à educação entendida como um território com centro e periferias. Por outro lado, a pluriversalidade filosófica aqui defendida concebe a educação como um exercício policêntrico, perspectivista, intercultural que busca um polidiálogo considerando todas as particularidades. Na nossa reivindicação pela pluriversalidade da filosofia, nós trazemos à baila a filosofia afroperspectivista (NOGUERA, 2011a, 2011b) com o intuito de denegrir a educação. Filosofia afroperspectivista é uma expressão conceitual *guarda-chuva*, isto é, reúne diversas perspectivas e olhares, significando neste caso: “a reunião de produções filosóficas africanas, afrodiáspóricas e comprometidas com o combate ao racismo epistêmico” (NOGUERA, 2011, p. 44). Em outras palavras, filosofia afroperspectivista é todo exercício filosófico protagonizado por pessoas com pertencimentos marcados principalmente pela afrodiáspora<sup>4</sup>.

No bojo da pluriversalidade, a racionalidade humana não pode mais ser pensada como “A” razão e bem diferente da ideia kantiana de uma “Razão pura teórica”; nós concordamos com Masolo (2010), a racionalidade tem vários modos de funcionamento, modelos operacionais distintos que são construídos em contextos culturais específicos. Com efeito, existiriam, nos termos do filósofo ugandense, as pessoas monorracionais insistem no uso de um modelo; as pessoas polirracionais que conseguem “utilizar alternadamente múltiplos modelos”

---

<sup>4</sup> Um de nossos trabalhos (NOGUERA, 2011, p.26) apresenta a afrodiáspora como os processos de migração forçada dos povos negro-africanos a partir do século VIII e a imposição do modelo de Estado-Nação para as sociedades africanas. Dito de outro modo, afrodiáspora é um processo de imposição de modelos políticos, culturais e epistêmicos na colonização seja no continente africano e desterritorialização e deslocamento sofrido pelos descendentes de africanas e africanos que foram escravizadas(os) entre os séculos IX e XIX fora do continente europeu.

---

(MASOSLO, 2010, p. 317). De modo resumido podemos dizer que a monorracionalidade é do âmbito da universalidade, uma particularidade que esquece a sua condição. Por outro, o uso polirracional das habilidades cognitivas humanas fortalece é próprio da pluriversalidade, do reconhecimento de múltiplas perspectivas para abordar, ler, interpretar, criar modos e organizar a vida.

### **Denegrir como conceito filosófico**

É propício um mergulho no conceito de *denegrir* ou mais especificamente nos conceitos: *negra* e *negro*. Sem dúvida, a mitologia tem sido uma interlocutora privilegiada da filosofia. Platão usou vários mitos gregos para dar curso às suas reflexões filosóficas; num diálogo entre os mitos das almas gêmeas e de Eros, elaborou um conceito de amor que se transformou numa das mais decisivas perspectivas sobre o tema na cultura ocidental. Max Horkheimer e Theodor Adorno em *Dialética do esclarecimento* estabeleceram uma conexão entre a trajetória de Ulisses na *Odisséia* com o projeto do Ocidente, um exercício de conquista e domínio, uma busca sistemática por novos territórios, subjugação do outro e recorte dos objetos – dentro da relação epistemológica entre sujeito de conhecimento e objeto a ser conhecido. O próprio Freud se serviu de Édipo para pensar o complexo gerado pela disputa entre pai e filho pelo desejo da mulher-esposa-mãe. Pois bem, é oportuno trazer à luz significados esquecidos para os termos *negro* e correlatos. Com o objetivo de desnudar o conceito de denegrir, palavra que literalmente só significa: tornar-se negra(o), isto é, enegrecer.

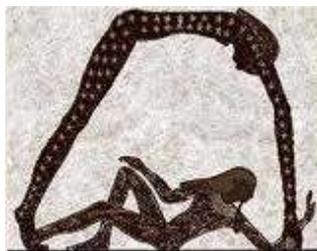
Em linhas muito gerais, na mitologia egípcia, Nut é a deusa do céu e Geb, deus da terra. Enquanto esta é masculina, o céu é feminino. O céu é fecundado pela terra para que possa dar luz às primeiras deusas e primeiros deuses e o mundo seguir seu curso. Pois bem, o céu tem uma rotina importante que deve ser acompanhada pelos seres humanos. Nut engole o sol todos os dias no crepúsculo sobre as montanhas do oeste e dá luz na aurora. A terra é negra e o sol precisa da negrura do ventre de Nut para ser revitalizado e renascer no dia que virá. Num direto espelhamento da ação contínua de Nut de engolir e parir o sol, o hábito

humano deve ser sonhar, dormir tem o sentido de enegrecer, isto é, acolher o sol ou simplesmente, viver no mundo dos sonhos. Num registro, negro, negra, preta, preto e escuridão são sinônimos de lugar que revitaliza, fertilizante, fértil, de criação e renovação. Em outro, negro, negra, preta, preto e escuridão são sinônimos de sonho.

Clyde W. Ford no belo livro *O herói com rosto africano* faz, entre outros, um mapeamento etimológico da palavra “negro”. Na Grécia, *melan* que é a raiz de melanina. Por um lado, refere-se à Melanto, deusa grega, responsável pela fertilidade da terra. Neste sentido, a negrura é sinônimo de fertilidade, criatividade, capacidade de gestação, nascimento e florescimento de vida. Por outro lado, conforme Ford (1999, p. 35-36), alguns linguistas sublinham que *melan* é uma variação de uma palavra egípcia “que se escreve [□□□□], que significa simplesmente ‘Montanha no Oeste’”. (FORD, 1999, p. 36). Com um vasto elenco de mitologias africanas, o africano-americano Ford explica que a referida montanha do oeste é o lugar de descida do sol, território onde os humanos devem descer para se tornarem divinos. O “ciclo diário da consciência humana do mundo iluminado pelo dia para o mundo escuro dos sonhos” (Idem). Ou seja, negra, negro são termos que remetem ao mundo dos sonhos, território de revitalização da existência. Segundo Ford, outro vocábulo da raiz de *negro* e *negra* é *Níger*. Uma palavra latina que batiza um rio e derivaria de *ngr* – palavra de origem semita – que significa “água que corre areia adentro” (Idem). Bernal (1988) também nos ajuda a pensar no sentido de *ngr*; a água que corre areia a dentro é o poder de regeneração da terra árida. Afinal, retomando o mito egípcio, se a deusa egípcia Nut engole sol no oeste, fazendo dele objeto de sua gestação, é para o nascimento renovado na aurora. Cabe aos humanos encontrar no sonho, no enegrecimento, a possibilidade de renovação da vida, isto é, regeneração.

*Negra* e *negro* denotam a morada do sol e a terra fértil. Nos termos de Ford, “a direção do sol poente, simbolizado a imersão da consciência humana no sonho (...) uma noção diferente de preto, negro, como um símbolo poderoso de renovação e transformação” (FORD, 1999, p.38-39). Portanto, denegrir é definido

como regeneração. Ou seja, tornar-se negra, tornar-se negro significa revitalizar a existência.



Nut, deusa do céu e Geb, deus da terra.

Fonte: [http://www.olhosdebastet.com.br/bastet\\_mitologiaegipcia.htm](http://www.olhosdebastet.com.br/bastet_mitologiaegipcia.htm)

Pois bem, a relevância da inflexão filosófica de “denegrir” nos sugere um conjunto de reflexões. Sem dúvida, algumas leitoras e alguns leitores podem questionar a “simplória” mudança de sentido da palavra “denegrir”. Mas, qual é o efetivo impacto de resignificar uma palavra? Pois bem, o problema filosófico que está em jogo é de ordem epistêmica. Na área da filosofia existe uma subárea que se ocupa das condições objetivas, subjetivas, intersubjetivas no processo de produção e validação do conhecimento. O filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado-Torres (2010) nos ajuda a entender como a colonização política e econômica é inseparável de um projeto epistemológico ocidental. Para Maldonado-Torres, a epistemologia hegemônica que relega os outros territórios epistêmicos e outras culturas ao plano da subalternidade, entendendo por “outras culturas”, as perspectivas culturais não-ocidentais. O que está em jogo é a colonialidade e o epistemicídio sistemático que a acompanha, desqualificando o que podemos denominar de territórios epistêmicos colonizados. Na esteira do pensador peruano Aníbal Quijano (1993a, 1993b), colonialidade diz respeito ao enredamento entre diversas modalidades de dominação, subalternização nas sociedades modernas através de um sistema de classificação mundial marcadamente étnico-racial, de gênero, sexual que disputa e controla: a) o trabalho, os seus meios e seus produtos; b) o sexo e a reprodução da espécie; c) a subjetividade e os seus produtos, principalmente os saberes que circulam na sociedade; d) a autoridade e os seus meios para regular e reproduzir o padrão estabelecido das relações sociais (QUIJANO, 2010, p.88). O escopo deste ensaio

---

está justamente no item (c). Neste sentido, o exercício filosófico supostamente universal (postulando a exclusividade ocidental) é um tipo de invisibilização da pluriversalidade filosófica. A filosofia afroperspectivista que propõe a inflexão do conceito de denegrir vem de encontro à invisibilidade e ao epistemicídio<sup>5</sup>.

De volta ao significado de denegrir, tornar negro e enegrecer. O que torna relevante pode ser descrito na defesa da pluriversalidade. Nossa propostas, redes e tramas em favor de uma educação pluriversal antirracista passa por um exercício filosófico antirracista. No caso, denegrindo o pensamento e o território epistêmico. Em termos mais precisos, se trata de amplificar a capacidade criativa e regeneradora como método. Ou seja, não se trata de dividir e divorciar os elementos, mas, compreendê-los de modo articulado, policêntrico, dentro de um polidiálogo, uma efetiva pluriversalidade. Denegrir é pluriversalizar as abordagens, revitalizando e regenerando as redes de relacionamentos políticos, econômicos, etnicorraciais, de gênero, exercícios de sexualidade etc. Denegrir indica um processo de dissolução das modalidades de dominação e subalternização baseadas em critérios etnicorraciais, geográficos, de gênero, na orientação sexual ou exercícios de sexualidade, etc. Portanto, denegrir tem como alvo o abandono das disputas e controles dos bens materiais e imateriais, visando uma cooperação e construção compartilhada dos poderes.

### **Desfecho: Por uma pedagogia da pluriversalidade (ou denegrindo a educação)**

Denegrir a educação pode significar um exercício intercultural, uma revitalização existencial aberta à pluriversalidade. Por exemplo, na sociedade brasileira os mais diversos setores do Movimento Negro através de estratégias, negociações, ponderações e alianças protagonizaram a formulação da Lei 10.639/2003 (Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana), além do apoio decisivo, cinco anos depois, da Lei 11.645/2008 (Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena), esta, por sua vez, um resultado das articulações dos povos indígenas. As referidas Leis instituíram, respectivamente, a

---

<sup>5</sup> Assassinato, recusa de um território epistêmico ou de epistemologias não-hegemônicas.

---

introdução e a mudança do Art. 26-A da Lei 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Portanto, ficou estabelecido que os estudos de Histórias e Culturas Afro-Brasileira, Africana e Indígena são obrigatórios em todas as modalidades de ensino e níveis de educação<sup>6</sup>. Daí, o Plano Nacional para Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais lançado em 2008 surgiu para subsidiar, apoiar e regulamentar as ações em prol da modificação das relações étnico-raciais na sociedade brasileira. O documento não deixa dúvidas, toda a sociedade brasileira é destinatária dessas ações; negras, negros e indígenas não devem ser definidas(os) como agentes exclusivas e exclusivos das políticas em prol de uma educação antirracista.

Porém, não é raro que a proposta de uma educação antirracista seja tomada como um tema, alguma coisa pontual, localizada e “estrangeira”. Ora, outro entrave está na escola que muitas vezes opera divorciando o corpo da mente e parece supor que a sala de aula é um território vedado ao corpo. A monorracionalidade exige um comportamento, uma lógica e protocolos que podem ser subsumidos a um esquema padrão de homogeneização. Denegrir a educação pode trazer justamente a assunção da heterogeneidade como elemento positivo. Por exemplo, um problema do exercício de *universalização* da escola é o desejo de fazer com que todas as pessoas aprendam as mesmas coisas, do mesmo modo, tenham os mesmos interesses, sejam submetidas aos mesmos exames. Mas, vale a ressalva estar a favor da pluriversalidade não é ser contra a educação para todas as pessoas. Mas, a questão é que tipo de educação? Talvez, seja preciso assumir que nem todos precisam aprender as mesmas coisas, no mesmo tempo e da mesma maneira. Neste sentido, *denegrir* é mais do que reconhecer as diferenças. Não basta assumir que existem pessoas diferentes e que o sujeito humano é inseparável das identidades, filiações, pertencimentos e exercícios nos quesitos de sexualidade, gênero, etnia, raça, geração, nacionalidade, etc.

---

<sup>6</sup> Além da presença obrigatória dos conteúdos de história e culturas afro-brasileira, africana e indígenas na educação básica, a formação em nível superior de professoras e de professores da educação básica tornou indispensável no ensino superior cumprir as prerrogativas do Art.26 A da LDB.

O que aqui denominamos pelo enunciado, “denegrir a educação” pode ser elucidado pela ideia – cunhada nas tramas da filosofia afroperspectivistas – de pedagogia da pluriversalidade. Pois bem, o que chamamos de pedagogia da pluriversalidade tem muitos pontos em comum com a pedagogia do oprimido de Paulo Freire. De modo que poderíamos até usar a sua resposta às objeções marxistas que foram feitas ao seu trabalho amplificando o conceito de “oprimido”. Nas palavras do educador brasileiro. “Uma dessas críticas, [...], estranhava que eu não fizesse referência às classes sociais [...]. Estranhava que, em lugar de classes sociais eu trabalhasse com o conceito vago de oprimido”(FREIRE, 1994, p.89).

Pois bem, num olhar pluriversal oprimidas(os) e opressores(as) são conceitos flutuantes, isto é, variam de acordo com os contextos, existem dentro de circunstâncias heterárquicas<sup>7</sup> (MASOLO, 2010). A pedagogia da pluriversalidade reconhece as modificações e reacomodações das relações de poder e do modo como atores e atrizes entram em cena nas disputas em torno dos cânones, dos currículos, dos critérios de exame e afins. Dito em outros termos, a ideia de denegrir a educação pode ser descrita como um esforço de revitalizar as perspectivas esquecidas, problematizando os cânones, refazendo e ampliando currículos, repensando os exames e as tramas que colocam um suposto saber estabelecido como regra e norma para enquadramento das pessoas que desconhecem o que “deveriam” saber para o seu próprio *bem*. Neste sentido, a pluriversalidade pedagógica pode trazer, em se tratando de sala de aula, um conjunto de novas alternativas para o aprendizado. Por exemplo, numa pedagogia pluriversal cabem usos da etnomatemática<sup>8</sup>, permitindo que uma aula de geometria possa ser um ensaio coreográfico, isto é, desfazer os limites entre o que seria da ordem cognitivo intelectual – matemática – e o que é da ordem psicomotora – a dança, a educação física. A revitalização própria de denegrir a

---

<sup>7</sup> Heterarquia indica a ausência de controle vertical, centralizado, e destituído de pré-requisitos estáticos e fechados, propiciando muitas combinações possíveis para as posições de destaque nas redes de poder. Por exemplo, no contexto da colonização do continente americano nos séculos XVI e XVII, as mulheres brancas portuguesas e espanholas exerciam poder nos territórios colonizados, o que não ocorria as metrópoles.

<sup>8</sup> A consideração da diversidade cultural é uma das chaves da etnomatemática propondo modos distintos para resolver os mesmos problemas, recusando o “método” único e a lógica exclusiva da matriz ocidental.

educação pode desfazer limites, permitindo que *corpo* e *alma* possam ser sinônimos<sup>9</sup>.

Com efeito, este ensaio é uma proposta inconclusa que pretende apresentar conceitos que longe de ser novos ou inéditos, parecem circular pouco. Neste sentido, o presente texto pretende ajudar a amplificar a intensidade da circulação das contribuições da filosofia afroperspectivista e suas tramas na área da educação.

### Referências Bibliográficas

BERNAL, Martin. **Black Athena: the Afroasiatic Roots of Classical Civilization**. V. I. New Brunswick: Rutgers University Press, 1988.

BRASIL, **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ciências humanas e suas tecnologias/Secretaria de Educação Básica. Volume 3 – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

FORD, Clyde. **O herói com rosto africano: mitos da África**. Tradução Carlos Mendes Rosa. São Paulo: Summus, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

JAMES, George G. M. **Stolen legacy: The Greek Philosophy is a stolen Egyptian Philosophy**. Drewryville: Khalifah's Booksellers & Associates June, 2005.

HARDING, Sandra. **Is science multicultural? Postcolonialisms, Feminisms and Epistemologies**. Bloomington: Indiana University Press, 1998.

MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade. In SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Tradução e revisão organizada por Margarida Gomes São Paulo: Cortez Editora, 2010, p.396-443.

MASOLO, Dismas. Filosofia e conhecimento indígena: uma perspectiva africana In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 313-340.

MAZAMA, Ama. Afrocentricidade como um novo paradigma In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 111-128

<sup>9</sup> Desfazendo a clássica cisão cartesiana que se tornou regra a cultura ocidental.

MILLS, Charles W. The Racial Polity In: BABBITT, Susan E.; CAMPBELL, Sue. **Racism and Philosophy**. New York: Cornell University Press, 1999.

NOGUERA, Renato. **O ensino de filosofia e a lei 10.639/03**. Rio de Janeiro: CEAP, 2011a.

\_\_\_\_\_. Denegrindo a filosofia: o pensamento como coreografia de conceitos afroperspectivista. **Griot - Revista de Filosofia**, v. 4., n.2, 2011b.

RAMOSE, Mogobe. **African philosophy through ubuntu**. Harare: Mond Books Publishers, 1999.

\_\_\_\_\_. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 175-220.

\_\_\_\_\_. Sobre a legitimidade e o estudo da filosofia africana. Tradução Dirce Eleonora Nigo Solis, Rafael Medina Lopes e Roberta Ribeiro Cassiano. In: **Ensaio Filosóficos**, Volume IV, Outubro de 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Tradução e revisão organizada por Margarida Gomes São Paulo: Cortez Editora, 2010, p.84-130.

Recebido em 17/04/2012

Aprovado em 22/05/2012